

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEMEDICINA (TELECONSULTAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (DEMANDA REPRIMIDA DA REGULAÇÃO AMBULATORIAL).**

2.0. DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Saúde enfrenta um grande desafio em relação ao atendimento médico especializado, principalmente devido à falta de profissionais disponíveis, a dificuldade de contratação, a falta de regulação estadual e às longas filas de espera. A contratação de uma empresa especializada em telemedicina se faz necessária para suprir essa demanda reprimida e garantir um atendimento mais ágil e eficiente aos usuários do Sistema Único de Saúde. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas no corpo do presente Termo de Referência.

Ressalta-se, ainda, que a saúde é direito de todos e dever do Estado (art. 196, da Constituição Federal) e a violação deste direito constitui ato de ofensa à dignidade humana e aos direitos da personalidade (art. 1º, III, da Constituição Federal e art. 12, do Código Civil). Para cumprir esse princípio constitucional, foi facultado aos gestores do SUS lançar mão de serviços de saúde não estatais, quando os recursos da rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial necessária.

2.2. As características e especificações do objeto a ser contratado estão descritas no Anexo I do presente Termo de referência.

2.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de teleconsultas médicas.

2.4. Os quantitativos e respectivos descritivos dos itens são os discriminados no anexo I.

2.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global (lote fechado), tendo em vista que esse regime se destina aos serviços que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas, justificando a escolha da modalidade tendo em vista a necessidade de contratação de apenas uma empresa para o fornecimento, devidamente motivado pela complexidade da contratação, sobretudo pela necessária implementação de sistema próprio e capacitação para atendimentos via telemedicina.

3.0. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.2. Os serviços deverão ser executados pela contratada, conforme as necessidades e demandas do município, mediante o agendamento prévio das Teleconsultas médicas através da plataforma de Telemedicina da empresa contratada ou através do e-sus (quando a plataforma atender em plenitude as necessidades do atendimento).

3.3. Poderá, a critério da contratada, utilizar-se do sistema disponibilizado pelo Ministério da Saúde (e-sus) on-line com acesso a base de dados do município para a Teleconsulta e/ou preenchimento de prontuário do paciente, desde que a plataforma atenda integralmente as necessidades do atendimento médico especializado.



3.4. A empresa contratada se obriga a executar os serviços em conformidade com as condições, preços, qualidade e quantidades especificadas em sua proposta, e no caso de inobservância destas condições implicar-se-á na recusa, sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

3.5. A empresa contratada deverá substituir os serviços que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

3.6. A execução dos serviços será iniciada em até 15 (quinze dias) após a assinatura do Contrato, na forma que segue:

3.6.1 A prestação dos serviços de Telemedicina deverá ser realizado por no mínimo 08 horas por dia, durante 05 dias na semana (segunda a sexta-feira), destinados a atender os pacientes do Sistema Único de Saúde, por meio de ferramenta tecnológica avançada de plataforma digital, equipamentos digitais, softwares, internet e profissionais especializados, legalmente habilitados, qualificados e com registro regular nos conselhos de classe.

3.6.2 Na prestação dos serviços deverão ser observadas as políticas públicas de saúde e normas emanadas pelo Ministério da Saúde, resoluções do Conselho Federal de Medicina, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), procedimentos de segurança e normativos vigentes.

3.6.3 A Teleconsulta médica será prestada na plataforma própria de telemedicina fornecida pela contratada ou pelo módulo de videochamada do e-sus, por meio de videochamadas, conforme item 2.2 deste Termo de Referência, para consultas médicas especializadas de atendimentos eletivos.

3.6.4 As Teleconsultas deverão ser agendadas previamente, por servidor devidamente e previamente cadastrado da Secretarias de Saúde.

3.6.5 A empresa contratada deverá observar os horários pré-estabelecidos, tendo em vista que os profissionais de cada especialidade, independentemente de sua localização física, estarão disponíveis para execução da teleconsulta no respectivo horário fixado.

4.0. PARA A PRESTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS É DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA ASSEGUINTE PROVIDÊNCIAS:

4.1. Realizar os treinamentos necessários aos servidores da contratante, de forma presencial e/ou à distância, conforme convencionado com o contratante, visando qualificar os servidores que irão operar as plataformas de Telemedicina.

4.2. Prestar todo o suporte, treinamentos e educação continuada aos usuários e/ou servidores da Secretaria Municipal de Saúde, sempre que necessário, durante a vigência do contrato, para melhor qualidade e gestão dos serviços a serem prestados.

4.3. Oferecer in loco nos locais de execução toda infraestrutura necessária, tecnológica para a execução dos serviços.

4.4. Caso a contratada opte por utilizar plataforma própria, deverá apresentar manual técnico da plataforma de Telemedicina e softwares contendo os protocolos e orientações para o agendamento e realização das Teleconsultas médicas, armazenamento, transmissão e recepção de imagens e laudos médicos pelos servidores da contratante e profissionais da contratada.

4.5. Todos os requisitos tecnológicos (não funcionais) e funcionais da solução pretendida deverão estar disponíveis para instalação e utilização imediata.

4.6. A empresa contratada deverá possuir estrutura de recursos humanos que garanta a qualidade, a



eficiência e a agilidade na prestação da teleconsulta, por profissionais médicos especialistas, legalmente habilitados, qualificados e com registro regular no conselho profissional de cada uma das especialidades contratadas.

5.0. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e demais recursos necessários à execução dos serviços.

5.2. Realizar os treinamentos necessários aos servidores da contratante, de forma presencial e/ou à distância, conforme convencionado com o contratante, visando qualificar os servidores que irão operar a plataforma de Telemedicina.

5.3. Prestar todo o suporte, treinamentos e educação continuada aos usuários servidores da contratante, sempre que necessário, durante a vigência do contrato, para melhor qualidade e gestão dos serviços a serem prestados.

5.4. Oferecer in loco toda infraestrutura necessária, tecnológica e de recursos humanos, para a execução dos serviços.

5.5. Apresentar manual técnico da plataforma contratada contendo os protocolos e orientações para o agendamento e realização das Teleconsultas médicas, operacionalização do sistema de captura, armazenamento, transmissão e recepção de imagens e laudos médicos pelos servidores da contratante e profissionais da contratada.

5.6. Todos os requisitos tecnológicos (não funcionais) e funcionais da solução pretendida deverão estar disponíveis para instalação e utilização imediata.

5.7. A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento sujeitará a contratada às sanções previstas na legislação vigente, sendo que em caso de substituição dos equipamentos, todas as despesas decorrentes, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constates na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

5.8. A empresa contratada deverá obter quaisquer tipos de licenças junto aos órgãos fiscalizadores para a comercialização do equipamento em comodato a ser entregue, sem custos adicionais à Contratante.

6.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

6.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

6.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

6.4. Colocar-se a disposição para tratativa de todas as dúvidas que aparecerem durante a execução do contrato.

6.5. Instruir, caso necessário, quanto aos sistemas utilizados no âmbito municipal.

7.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1. Fica sob a obrigação do contratado o lançamento de evoluções clínicas (Boletim de



Atendimento Médico) em prontuário online no sistema e-sus (MS) ou Sistema Integrado de Saúde (SIS – Sistema próprio) disponibilizado pelo contratante. Fica autorizada assistência técnica do contratante para exemplificação e treinamento de utilização do sistema.

7.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

7.3. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

7.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

7.5. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo contrato, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

7.6. Emitir Nota Fiscal mensal e espelho de faturamento detalhado correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou da cotação.

7.7. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

8.0. DOS PRAZOS, DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO.

8.1. Início: 15 (Quinze) dias após a ordem de serviços;

8.2. Vigência: 04 (quatro) meses a contar da assinatura do contrato;

8.3. A fiscalização da contratação será exercida por representantes da Secretaria Municipal de Saúde, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

8.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.6. Fica designada a seguinte fiscal: Elediane Garcia Esteves, matrícula nº 2891.

9.0. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções administrativas serão impostas nos termos dos artigos 155, 156 e 158 da Lei nº 14.133 de 2021, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas ao contratado que:

9.1.1 Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;

9.1.2 Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;



- 9.1.3 Deixar de entregar documentação exigida;
- 9.1.4 Apresentar documentação falsa;
- 9.1.5 Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- 9.1.6 Não manter a proposta dentro do prazo de validade;
- 9.1.7 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 9.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
- 9.1.9 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.
- 9.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 anos, nos casos citados no item 9.1, conforme detalhado nos itens 9.1.1 ao 9.1.9.
- 9.3 A pena de advertência poderá ser aplicada nos casos previstos no item 6.1, sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.
- 9.4 Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie:
- 9.4.1 Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;
- 9.4.2 Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;
- 9.4.3 Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;
- 9.5 As sanções previstas nos itens 9.1 e 9.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.
- 9.6 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, a CONTRATADA ficará isenta das dades mencionadas nos itens 9.2 e 9.3.
- 9.7 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser pago no prazo de 5 (cinco) dias.
- 9.8 Na hipótese de não pagamento ou recolhimento referido no subitem imediatamente acima, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais.
- 9.9 Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.
- 9.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que



assegurar o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimentos previstos na legislação vigente.

9.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

São José do Vale do Rio Preto (RJ), 19 de Fevereiro de 2024.

Elan Venas Morelli
Secretário Municipal de Saúde





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

713BC988D87E4567A2594752100D4306

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/713BC988D87E4567A2594752100D4306>